

Por Frederico Schulz Diniz Vieira (\*)



No dia 12 de maio de 2016 foi publicada no Diário Oficial da União a [Resolução CGPAR nº 9, de 10/05/2016](#), que dispõe sobre a solicitação de auditoria interna periódica sobre as atividades da EFPC que administra plano de benefícios patrocinado por estatal.

A CGPAR trata-se da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, criada através do, e composta pelos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, como presidente da comissão, da Fazenda e da Casa Civil da Presidência da República. Entre as atribuições da CGPAR, descritas no artigo 3º do referido decreto, destaca-se a aprovação de diretrizes e estratégias relacionadas à atuação das empresas estatais federais na condição de patrocinadoras de plano de benefícios administrados por EFPC.

É neste contexto que surge a Resolução CGPAR nº 9/2016, com o objetivo de regular a responsabilidade de supervisão e fiscalização sistemática que as patrocinadoras estatais devem exercer sobre as EFPCs que administram seus planos de benefícios previdenciários, de forma independente à atuação de fiscalização exercida pela PREVIC. Tal responsabilidade das patrocinadoras está prevista no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 e é o que fundamenta a criação da referida resolução.

### **Auditoria interna periódica**

A Resolução prevê que caberá ao Conselho de Administração das empresas estatais federais a solicitação de auditoria interna periódica sobre as atividades da EFPC.

A norma também estabelece um escopo mínimo que deve ser observado na auditoria periódica, indicando o que deve ser auditado:

- política de investimentos e sua gestão;
- processos de concessão de benefícios;
- metodologia utilizada no cálculo atuarial, custeio, consistência do cadastro e aderência das hipóteses;
- procedimentos e controles vinculados à gestão administrativa e financeira da entidade;
- despesas administrativas;
- estrutura de governança e de controles internos da entidade; e
- recolhimento das contribuições dos patrocinadores e participantes em relação ao previsto no plano de custeio.

A resolução não estabelece a periodicidade em que a auditoria deve ocorrer, mas prevê que o relatório de auditoria, elaborado pela patrocinadora, deverá ser encaminhado à PREVIC no prazo de 30 dias após apreciação pelo Conselho de Administração.

### **Entidades multipatrocinadas**

Há a previsão de que empresas estatais com planos administrados por um mesmo Fundo de Pensão poderão compartilhar a auditoria interna periódica, o que possibilitará reduzir os custos inerentes ao processo que deverá ser implementado.

### **Ações decorrentes da auditoria interna**

Pela nova legislação, caberá à Diretoria Executiva da empresa estatal federal as ações decorrentes dos resultados da auditoria, sendo responsável por solicitar da EFPC a apresentação e implantação de um plano de ação, quando necessário para correção de eventual irregularidade constada quando da realização da auditoria.

Vale ressaltar que a elaboração e execução do Plano de Ação serão de responsabilidade das Entidades, que deverão apresentar aos seus Conselhos Deliberativo e Fiscal, além do Conselho de Administração da estatal, a quem a EFPC deverá se reportar sobre a efetividade do plano de ação proposto.

### **Relatório semestral**

Apesar da não previsão de periodicidade da auditoria, o Inciso III do Art. 2º da Resolução prevê que a Diretoria Executiva da patrocinadora deverá apresentar semestralmente relatório ao Conselho de Administração sobre a EFPC e seus Planos, nos levando ao entendimento de que essa pode vir a ser a periodicidade mínima exigida para a auditoria. O referido relatório semestral também deverá ser encaminhado à PREVIC e ao DEST, no prazo de 30 dias após apreciação pelo Conselho de Administração.

Cumprido esclarecer que da leitura da norma, o referido relatório semestral elaborado pela Diretoria Executiva da patrocinadora (previsto no Art. 2º) não é o mesmo relatório da auditoria (previsto no Art. 1º), portanto, serão pelo menos dois documentos a serem emitidos para cumprimento da norma, ambos de responsabilidade da empresa estatal.

O relatório semestral da Diretoria Executiva da Patrocinadora tem escopo específico tratado na norma, que inclui, entre outros, a verificação ou análise da aderência dos cálculos atuariais, da gestão dos investimentos, da solvência, do gerenciamento de riscos e a efetividade dos controles internos.

### **Previsão de suporte aos Conselheiros das EFPC**

A resolução ainda prevê que os conselheiros deliberativos e fiscais da EFPC indicados pela patrocinadora deverão ser orientados e assessorados tecnicamente pela Diretoria Executiva da empresa estatal federal.

### **Prazo para vigor da norma**

As providências para implantação da auditoria interna periódica deverão ser tomadas pelos administradores das empresas estatais federais no prazo de 180 dias a contar da publicação da resolução, ou seja, a norma passará a ser exigida a partir de novembro de 2016.

### **Dúvidas**

O termo “auditoria interna” utilizado na norma remete a uma auditoria realizada por um funcionário da empresa que se está sendo auditada. Por outro lado, como a resolução é destinada aos patrocinadores e não à EFPC, fica evidente que auditoria deve ser de responsabilidade da empresa e deverá ser executada por alguém designado por ela. Sendo assim, a interpretação que parece fazer mais sentido é que a estrutura de auditoria interna será constituída na empresa patrocinadora e deverá exercer suas atividades na EFPC.

Independentemente de onde se constituir a estrutura, fato é que os profissionais envolvidos na auditoria deverão estar preparados ou serem bem assessorados, pois as matérias a serem tratadas envolvem diversas áreas e atividades de um Fundo de Pensão, elevando a complexidade dessa nova obrigação.

Outro ponto de dúvida é a periodicidade que será exigida a auditoria interna, o que não está explicitado na norma.

Essas questões poderão ser tratadas em normas complementares do DEST, conforme previsão contida no art. 5º da Resolução CGPAR nº 9/2016.

### **O que as EFPC devem esperar**

A Resolução, apesar de destinar-se a definir obrigações para as empresas estatais federais patrocinadoras, terá reflexos nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar, seja na prestação de informação para execução das auditorias, seja pela necessidade de elaboração e implantação de eventual Plano de Ação destinado à correção de alguma irregularidade encontrada.

Neste ponto, a norma destinada às patrocinadoras resultará em uma exigência cada vez maior de que os processos realizados nas EFPCs sejam apresentados de forma mais transparente, formal e eficiente. Portanto, EFPC que já contém com um mapeamento de processos formal e completo, assim como pratiquem uma gestão de risco contínua e ativa, estarão melhor preparadas para atender às novas auditorias.

É importante que as Entidades que possuam patrocinadores sujeitos à Resolução CGPC nº 9/2016 busquem verificar os cronogramas e as ações que estão sendo tomadas pelas empresas no sentido de estarem preparadas para o atendimento à nova norma a partir de novembro de 2016. Até lá também é importante ficarem atentas a eventuais esclarecimentos que possam ser dados pelo DEST.

(\*) **Frederico Schulz Diniz Vieira** é atuário, graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-graduando em Finanças pela IBMEC, membro do Instituto Brasileiro de Atuária e Membro da comissão de Entidades Fechadas do Instituto Brasileiro de Atuária. É Supervisor Atuarial da MERCER GAMA.

**Fonte:** [MERCER GAMA](#), em 28.06.2016.